

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 1: O Caso da Canastra



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 1: O Caso da Canastra



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2026



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores.

Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil



Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos

Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Prof.^a Dr.^a Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México

Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil

Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México

Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina

Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha

Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguai

Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá

Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal

Prof.^a Dr.^a Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia

Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil

Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina

Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia

Prof.^a Dr.^a Lara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil

Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru

Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile

Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos

Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha

Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil

Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México

Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México

Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha

Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo*, México

Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Brasil

Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, *Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, *Universidade Federal de Goiás*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, *Universidade de Passo Fundo*, Brasil

Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Simões, *Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, *Universidade Federal de Itajubá*, Brasil

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, *Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Brasil

Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, *Universidade Federal de Sergipe*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, *Universidade Federal de Ouro Preto*, Brasil

Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, *Universidade Federal da Bahia*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – *Universidade de Coimbra*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, *Universidade Federal do Maranhão*, Brasil

Prof.ª Dr.ª M^aGraça Pereira, *Universidade do Minho*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Brasil

Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, *Instituto Politécnico de Viseu*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba

Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, *Universidade Federal de Lavras*, Brasil

Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, *Universidad del País Vasco*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, *Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional*, México

Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, *Universidade Federal Fluminense*, Brasil

Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru

Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, *Universidade Federal de Lavras*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, *Universidade do Estado da Bahia*, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, *Universidade Federal do Pará*, Brasil

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, *Universidade Federal do Piauí*, Brasil

Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, *Universidade Federal do Piauí*, Brasil

Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, *Universidade Federal de Uberlândia*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University*, Russia

Prof.^a Dr.^a Susana Álvarez Otero – *Universidad de Oviedo*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, *Universidade Aberta de Portugal*

Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, *Universidade do Porto*, Portugal

Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, *Universidade Federal de Viçosa*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, *Universidade Federal de Campina Grande*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, Brasil

Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F681 Fomento às indicações geográficas e marcas coletivas [livro eletrônico]
: Volume 1 : o caso da Canastra / organização Rubmara Ketzer
Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora
Artemis, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81701-85-7

DOI 10.37572/EdArt_230326857

1. Indicações geográficas – Agroalimentos. 2. Marcas coletivas –
Brasil. 3. Queijo Canastra – Valorização territorial. 4. Desenvolvimento
sustentável – Agricultura. 5. Políticas públicas – Fomento à pesquisa. I.
Oliveira, Rubmara Ketzer. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 338.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis

Curitiba-PR Brasil

www.editoraartemis.com.br

e-mail: publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto “Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros”, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, análises técnicas, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade sociocultural e por desafios estruturais no desenvolvimento regional, esses mecanismos assumem papel estratégico ao promover o reconhecimento de saberes locais, fortalecer arranjos produtivos e fomentar estratégias coletivas de geração de valor.

Este livro reúne um conjunto de estudos que abordam, sob diferentes perspectivas, o fomento das Indicações Geográficas e das Marcas Coletivas, tendo como eixo central o caso emblemático do Queijo Canastra. Ao longo dos seus 11 capítulos, a obra percorre fundamentos conceituais e normativos, instrumentos institucionais de apoio, políticas públicas, experiências de governança, bem como análises empíricas que evidenciam a complexidade e a riqueza dos processos envolvidos na construção e consolidação de uma Indicação Geográfica.

Os capítulos iniciais apresentam os marcos teóricos, legais e institucionais que sustentam as IGs e as Marcas Coletivas, situando o leitor quanto aos conceitos, objetivos e desafios associados a esses instrumentos no contexto brasileiro. Na sequência, a obra aprofunda a discussão sobre os mecanismos de fomento, o papel das instituições públicas e privadas e as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento territorial a partir da valorização de produtos de origem.

O território da Serra da Canastra emerge, então, como espaço privilegiado de análise. A trajetória histórica, produtiva e cultural do Queijo Canastra revela como a

articulação entre tradição, inovação e ação coletiva foi fundamental para a superação de desafios regulatórios, econômicos e sociais. Os capítulos dedicados ao estudo de caso evidenciam que o reconhecimento da Indicação Geográfica não se resume à obtenção de um selo distintivo, mas constitui um processo social dinâmico, marcado por aprendizados, conflitos, cooperação e construção de confiança.

O livro se encerra com reflexões que integram as diferentes dimensões analisadas ao longo da obra, destacando a centralidade da governança, da liderança local e do engajamento dos stakeholders para a perenidade das Indicações Geográficas. A experiência da Canastra demonstra que a convergência de interesses, aliada a estruturas institucionais adequadas e a políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais, é condição essencial para que esses instrumentos cumpram seu papel como indutores de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar uma experiência exitosa, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas no Brasil. Espera-se que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico e inspire novas iniciativas em outros territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FOMENTO ÀS IGs E MARCAS COLETIVAS: O CASO DO QUEIJO CANASTRA – UMA INTRODUÇÃO

Danielle Mendes Thame Denny
Rubmara Ketzer Oliveira
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Lucilio Rogério Aparecido Alves
Eduardo Eugênio Spers
Rosebelly Nunes Marques
Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Júnior
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Vivaldo Alberto Viganó

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268571

CAPÍTULO 2..... 7

O PROJETO DE FOMENTO ÀS IGs E MARCAS COLETIVAS

Danielle Mendes Thame Denny
Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268572

CAPÍTULO 3..... 16

PANORAMA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Breno Acácio

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268573

CAPÍTULO 4..... 36

EVOLUÇÃO DA SERRA DA CANASTRA, MG: HISTÓRIA, ECONOMIA, TURISMO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Carlos Freitas Vian
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268574

CAPÍTULO 5..... 46

A DIMENSÃO JURÍDICA LEGAL E O PAPEL PÚBLICO NA IG CANASTRA

Antonio Lopes Júnior

Danielle Mendes Thame Denny

Francisco José Mitidieri

Francisco Rodrigo Martins

Marcia Cristina de Moraes

Rubmara Ketzer Oliveira

Vivaldo Alberto Viganó

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268575

CAPÍTULO 6..... 63

IG CANASTRA E A SUSTENTABILIDADE

Danielle Mendes Thame Denny

Luan Aparecido Ferreira de Campos

Rubmara Ketzer Oliveira

Lucilio Rogério Aparecido Alves

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268576

CAPÍTULO 7..... 77

ATRIBUTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DA CANASTRA

Rubmara Ketzer Oliveira

Gustavo Verruma Bernardi

Anderson Victor dos Santos

Rosebelly Nunes Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268577

CAPÍTULO 8..... 97

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA CANASTRA E A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Rubmara Ketzer Oliveira

Anderson Victor dos Santos

Gustavo Verruma Bernardi

Rosebelly Nunes Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268578

CAPÍTULO 9..... 110

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Fábio Nazhar

Felipe Mendes Borini

José Afonso Mazzon

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268579

CAPÍTULO 10..... 126

IG CANASTRA NA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS

Eduardo Eugênio Spers

Luiz Gabriel da Silva Hidalgo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_23032685710

CAPÍTULO 11..... 140

CANASTRA NA PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS

Renata Aparecida Forato

Eduardo Eugênio Spers

 https://doi.org/10.37572/EdArt_23032685711

SOBRE OS ORGANIZADORES 153

ÍNDICE REMISSIVO 154

CAPÍTULO 4

EVOLUÇÃO DA SERRA DA CANASTRA, MG: HISTÓRIA, ECONOMIA, TURISMO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Data de submissão: 07/01/2026

Data de aceite: 10/02/2026

Carlos Freitas Vian

<https://lattes.cnpq.br/2270043064790884>

<https://orcid.org/0000-0001-8212-9112>

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

<https://lattes.cnpq.br/6995118783898309>

<https://orcid.org/0000-0002-2600-7169>

RESUMO: O capítulo analisa a evolução histórica, econômica e socioespacial da região da Serra da Canastra, em Minas Gerais, articulando os processos de ocupação territorial, transformações produtivas, consolidação do turismo e institucionalização da Indicação Geográfica (IG) do Queijo Canastra. Inicialmente, contextualiza-se a formação geológica e climática da região, bem como sua ocupação a partir do ciclo da mineração aurífera no período colonial, que impulsionou fluxos migratórios, conflitos com povos originários e a formação de quilombos, configurando uma dinâmica territorial marcada por disputas e resistências. Com o declínio da mineração, consolidou-se um sistema agropastoril baseado na agricultura familiar e na pecuária leiteira, estruturado por práticas tradicionais de manejo e cooperação comunitária. No século XX, a descoberta de

diamantes reconfigurou a economia local, gerando crescimento e, simultaneamente, intensos impactos ambientais, que culminaram na criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, em 1972, com vistas à proteção das nascentes do Rio São Francisco e dos ecossistemas associados. Nas últimas décadas, observa-se uma reorganização territorial pautada pela valorização do queijo artesanal, reconhecido como patrimônio cultural e protegido por Indicação de Procedência desde 2012, e pela expansão do turismo de natureza e rural. O capítulo sustenta que a relação entre IG e turismo é sinérgica, pois a certificação territorial fortalece a identidade produtiva e amplia a atratividade turística, promovendo novas ruralidades e estratégias de desenvolvimento endógeno. Conclui-se que a integração entre patrimônio cultural, conservação ambiental e qualificação produtiva constitui eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Serra da Canastra.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural; desenvolvimento endógeno; ruralidades contemporâneas; conservação ambiental.

THE EVOLUTION OF SERRA DA CANASTRA (MINAS GERAIS): HISTORY, ECONOMY, TOURISM, AND GEOGRAPHICAL INDICATIONS

ABSTRACT: This chapter examines the historical, economic, and socio-spatial

evolution of the Serra da Canastra region, in Minas Gerais, Brazil, articulating processes of territorial occupation, productive transformations, tourism consolidation, and the institutionalization of the Geographical Indication (GI) of Queijo Canastra. It begins by contextualizing the region's geological and climatic formation, followed by its occupation during the colonial gold mining cycle, which triggered migratory flows, conflicts with Indigenous peoples, and the establishment of quilombos, shaping a territorial dynamic marked by disputes and resistance. With the decline of mining activities, an agropastoral system based on family farming and dairy production became consolidated, structured around traditional management practices and community cooperation. In the twentieth century, the discovery of diamonds reconfigured the local economy, promoting economic growth while intensifying environmental pressures, which ultimately led to the creation of the Parque Nacional da Serra da Canastra in 1972 to protect the headwaters of the Rio São Francisco and associated ecosystems. In recent decades, the region has undergone territorial reorganization driven by the valorization of artisanal cheese production—recognized as cultural heritage and granted Indication of Provenance status in 2012—and by the expansion of rural and nature-based tourism. The chapter argues that the relationship between GI and tourism is synergistic, as territorial certification strengthens productive identity and enhances destination attractiveness, fostering new ruralities and endogenous development strategies. It concludes that integrating cultural heritage, environmental protection, and productive qualification constitutes a strategic axis for sustainable development in the region.

KEYWORDS: cultural heritage; endogenous development; contemporary ruralities; environmental conservation.

1. INTRODUÇÃO

A região da Serra da Canastra tem antecedentes muito ricos e multifacetados, envolvendo a descoberta de diamantes na década de 1930, a fundação do Parque Nacional em 1972 criado para resguardar o meio ambiente e as nascentes do Rio São Francisco, o desenvolvimento do queijo Canastra e, atualmente, o estabelecimento da atividade turística.

A história da Serra da Canastra envolve sua formação geológica com rochas sedimentares e ígneas existentes na divisa de Minas Gerais e São Paulo (CORTES; LUPINACCI e MORALES, 2022), sendo o clima da área tropical típico com duas estações bem definidas, uma chuvosa entre os meses de dezembro a fevereiro, outra seca e fria mais marcante entre junho e agosto (NOVAIS, 2011).

O propósito principal deste capítulo é dissertar sobre a evolução histórica e econômica da Serra da Canastra, no interior de Minas Gerais, destacando aspectos do turismo e indicações geográficas.

A relação entre turismo e Indicação Geográfica (IG) é sinérgica: a IG valoriza produtos e serviços associados a um território, enquanto o turismo pode ser

impulsionado pela notoriedade e singularidade desses bens, criando destinos autênticos que atraem visitantes em busca de experiências culturais e gastronômicas únicas, gerando benefícios econômicos e sociais para a região (SANTOS e MEDEIROS, 2024. p.149).

2. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA SERRA DA CANASTRA

A mineração de ouro foi um marco importante para o Brasil Colônia, pois deslocou o eixo dinâmico da economia colonial do Nordeste para o Centro-Sul. Esta atividade incentivou a colonização das regiões de Goiás e Mato Grosso. Também criou rotas comerciais entre o Sul do Brasil e a região Central (Sorocaba, Ouro Preto, Sabará). Furtado e Vian (2015) ressaltam que esta atividade econômica gerou urbanização e mudança na organização do trabalho e da economia nacional, sendo o primeiro elo de integração entre as atividades das diversas regiões do país: charque e animais de tração do Sul, açúcar e escravos do Nordeste, produtos alimentícios e cachaça de São Paulo.

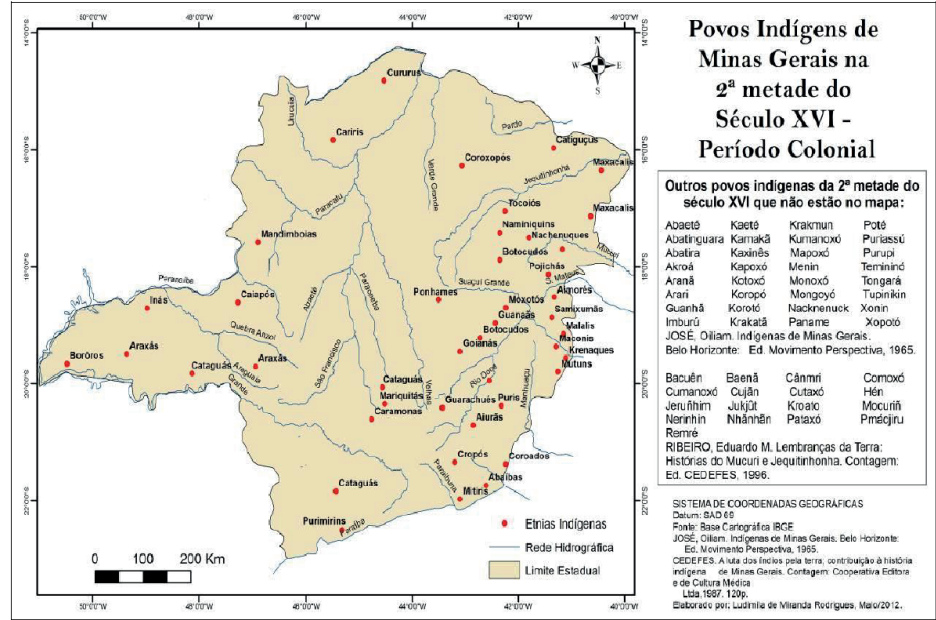
A atividade mineradora em Minas Gerais no século XVII e seu avanço gerou conflitos entre os povos indígenas que habitavam o leste do estado e os colonizadores portugueses. Silva (2018) destaca que os povos originários passaram a ser capturados e levados para a região das minas e para trabalharem na lavoura e na pecuária, além de serem requisitados para atuarem como guias e carregadores. Muitas aldeias se tornaram postos de abastecimento e pousos para as tropas que levavam o ouro para o litoral brasileiro, Parati e Rio de Janeiro.

A mineração também foi um incentivo para o início da atividade pecuária e a agricultura de alimentos nas regiões adjacentes às áreas mineradoras, para suprir a demanda por carne, couro, leite, queijo e outros alimentos nas vilas próximas dos garimpos. Estas atividades levaram à ocupação do médio e alto São Francisco em um primeiro momento, situados a oeste e noroeste da região de Sabará e Ouro Preto. Posteriormente, o avanço foi a oeste e sudeste.

A região conhecida como Serra da Canastra, a oeste da região das Minas, era habitada por índios Cataguás e Araxás. A Figura 1 elenca as principais etnias indígenas que habitavam o território do Estado de Minas Gerais no século XVI. No século XVII, a região foi ocupada por escravos que fugiram dos garimpos de Ouro Preto e Sabará e se dirigiam para o oeste, onde criaram Quilombos na Canastra, pois a região era distante e isolada dos principais centros urbanos de mineração e protegida por obstáculos naturais, como mata cerrada, serras e rios de porte regular, o que dificultava as campanhas de apresamento de negros fugidos por Capitães do Mato e facilitava a defesa dos quilombos por seus moradores (BARBOSA, 2007).

Deste modo, a ocupação populacional da Serra da Canastra aumentou no século XVIII por meio da formação de vários quilombos, sendo o mais conhecido o do Ambrósio, localizado nas terras do atual município de Ibiá, na Picada de Goiás e a Oeste da região de Sabará e Ouro Preto. Barbosa (2007) estima que por volta de 6 mil negros viviam na região, em diferentes quilombos.

Figura 1 – Mapa dos Povos Indígenas de Minas Gerais na 2ª. Metade do século XVI.



Fonte: Silva (2018).

Em meados do Século XVIII a exaustão dos núcleos auríferos e as pressões demográficas, junto com a descoberta de novas jazidas no oeste da capitania mineira, levaram às tentativas de ocupação da região Oeste, onde se situa a Canastra. Também havia a necessidade de controlar e proteger os caminhos para as lavras de pedras preciosas e ouro em Goiás. Isto levou a choques entre os tropeiros que viajavam entre Minas e Goiás, militares que protegiam as tropas e fiscalizavam as Minas e negros/ indígenas que viviam no território.

A ocupação se iniciou pelo sul da região oeste, em Piumhi, onde foi instalado um acampamento militar para combater os quilombos instalados na região da Canastra e que tinham conflitos com os poucos agricultores já estabelecidos na região. Este núcleo militar se transformou posteriormente em vila, foi construída uma capela, a região atraiu colonos e o povoado foi crescendo com o tempo. Piumhi é uma cidade importante na economia da região hoje em dia.

Barbosa (2007) também destaca que a partir de 1750, o fluxo de colonos em direção à Canastra aumentou paulatinamente. A Coroa Portuguesa concedeu Sesmarias na região para incentivar a ocupação e a proteção do território contra possíveis tentativas dos espanhóis de se apoderarem do território vindo do Oeste. O Marquês de Pombal foi um agente importante nestas ações, apoiando as concessões e o envio de tropas para combater os negros e indígenas.

Os sesmeiros incentivaram a ocupação por meio de pessoas livres e escravos alforriados. Os roceiros tinham poucos recursos materiais, mão de obra familiar e, alguns, tinham poucos escravos. Os Sesmeiros também incentivaram a ocupação por agregados, pessoas que trabalhavam em troca da cessão de terra no futuro.

Esta forma de ocupação, por meio de grupos familiares, muitas vezes parentes próximos, foi um fator determinante para o surgimento do trabalho comunitário nas atividades de construção, instalação de cercas, roçagem de pastos nativos, construção e manutenção de estradas e atividades agrícolas. Os roceiros cooperavam entre si para poderem sobreviver da melhor forma em uma região relativamente isolada de Minas Gerais.

A economia e a urbanização da região evoluíram com o tempo e com a crescente demanda por alimentos em outras regiões de Minas Gerais e na capital do Brasil. Um importante marco foi a demanda crescente após a chegada da Família Real e da Corte Portuguesa.

Contudo, a atividade agrícola era arcaica, marcada pelo uso de técnicas de cultivo e armazenagem aprendidas com os indígenas da região. Era usual a utilização de técnicas de rotação de cultura, divisão das terras entre agrícolas e de pecuária com base nas aptidões de cada área, uso da queima para a renovação da pastagem natural dos altos da serra.

Os produtores da Canastra desenvolveram uma técnica de rotação das áreas de pecuária, visando manter a qualidade da vegetação e sua recuperação. As áreas ao pé da Serra, ou terras baixas, eram usadas no verão e as terras altas, no alto da Serra, no inverno.

Os roceiros praticavam uma agricultura diversificada que atendia às necessidades das famílias e possibilitava a comercialização de parte da produção com localidades próximas. milho, café, queijo, banha de porco eram produtos comercializados com as regiões de Piumhi ao sul e Sacramento, a oeste, e Bambuí a leste. Mas a logística era difícil, pois os caminhos eram precários, eram usados carros de boi e havia a necessidade de travessias de rios e córregos.

As mudanças neste sistema produtivo agropastoril começaram na década de 1900. Em 1906 foi construída a ponte do Surubim, no município de Delfinópolis, intensificando

o comércio entre paulistas e mineiros na região. A produção de açúcar, café, queijo e manteiga aumentou para atender à demanda de São Paulo. Por outro lado, a pecuária de corte se desloca para a região de Uberaba e a Canastra se especializa na produção de leite e do queijo característico da região.

A partir de **1930**, houve uma mudança mais importante, com a descoberta de diamantes nas margens do São Francisco, fazendo com que a região norte da Canastra passe a ter uma nova atividade, o garimpo. São Roque de Minas se emancipou em 1953 devido à atividade de mineração do diamante.

A mineração trouxe degradação ambiental por um lado e crescimento da demanda regional por alimentos, como leite, queijo, ovos, rapadura, mandioca, feijão, porcos e galinhas. Os agricultores ganharam dinheiro em duas vias, arrendando suas terras para o garimpo e fornecendo os alimentos acima aos garimpeiros.

A degradação ambiental se deu pelo desmatamento de matas ciliares, assoreamento do leito dos córregos, desvios de curso dos mesmos, escavações e degradação das margens do Rio São Francisco e afluentes. Na década de 1970, os garimpos foram mecanizados e o impacto ambiental aumentou. Neste momento, os movimentos ambientalistas passaram a pressionar o Estado pelo fechamento das lavras que levou à criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, em 1972. Mas somente em 1989 o Governo Federal conseguiu paralisar a exploração de diamantes nas margens do rio São Francisco.

Em paralelo a esta dinâmica econômica agropastoril e mineradora, outra contribuiu para a crise da região da Serra da Canastra, em particular para o município de São Roque de Minas. A falta de perspectiva desta economia primária levou a um declínio populacional da cidade de São Roque entre os anos 1960 e 1990, caindo de cerca de 10 mil pessoas para 6.100.

Outra questão relevante foi a crise gerada pelo fechamento paulatino das agências bancárias da cidade, fazendo com que os moradores tivessem que se deslocar para cidades próximas para terem acesso aos serviços bancários. Aposentados, agricultores, empresários e pessoas físicas ficaram sem acesso aos serviços bancários em São Roque e tinham que enfrentar estradas ruins e outros desafios mensalmente para movimentarem as suas contas bancárias nas cidades vizinhas. É neste contexto que surge a cooperativa de crédito de São Roque de Minas.

A cooperativa foi o marco inicial para uma série de ações coletivas que permitiram a melhoria da produção de queijo, contribuíram para o turismo rural e atividades interrelacionadas e iniciaram uma nova fase na economia da cidade.

A paisagem da região da Serra da Canastra possui características peculiares e atraentes para aqueles que buscam contato com a natureza. Realmente o cenário local é único, evidencia diferentes dinâmicas socioespaciais no decorrer dos tempos históricos.

Os povoados de São Roque de Minas e de Sacramento surgiram graças às incursões, a partir do século XVIII, de brancos e mestiços, oriundos das áreas de mineração em decadência de Minas Gerais, mantendo-se praticamente isolados até a década de 1930, quando se descobriu diamantes no leito do rio São Francisco, o que determinou o afluxo de grande número de garimpeiros para a região e permitiu a origem de Vargem Bonita. Após a exploração dessas jazidas, os habitantes que lá permaneceram, passaram a se dedicar à atividade agrícola de produtos, como milho, arroz e café, bem como à pecuária. [...] em 1972, justifica-se a criação do Parque com a intenção de se proteger as nascentes do rio São Francisco da pressão ambiental exercida pela atividade agropecuária dos fazendeiros, além de salvaguardar a flora e a fauna da região (RODRIGUES, 2002. p.74 e 75).

Nas últimas décadas o que se observa é um movimento econômico e social ligado à produção de queijo com a criação da Indicação geográfica IG e ao turismo, sugerindo, a priori, que as duas atividades não são opostas, mas podem ser complementares.

O território queijeiro relaciona-se com o território turístico criando uma

espacialidade por meio da atuação de forças produtivas historicamente engendradas e presencialmente estimuladas às quais denotam a continuidade ou a reformulação de uma parcela do espaço em direção à mudança característica do processo (NOGUEIRA, 2014. p.7).

Destaca-se que o Parque Nacional da Serra da Canastra – PNSC – evidencia as relações entre a agricultura e a área protegida explorada pela atividade turística, com dinâmicas socioprodutivas do espaço ora convergentes e ora conflitantes. Contextualizando, a vegetação da Serra da Canastra, majoritariamente, é de cerrado, mata atlântica e campos rupestres (transformados em pastagens); os recursos hídricos são abundantes, relevo dissecado, clima tropical de altitude, configurando-se como um espaço que passou por diversas modificações por dezenas de anos. Ressalta-se que o rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, importante curso de água para as regiões sudeste e nordeste e também atrativo turístico. Os visitantes passam por diferentes experiências na Serra da Canastra ao observar a paisagem local, importante unidade de conservação, despertando sentimentos que evidenciam “a relação homem-natureza” (RODRIGUES, 2002. p.2).

Ultimamente, os avanços tecnológicos transformaram bastante o ambiente, com contestações entre os atores sociais locais como ecologistas, agentes de turismo, mineradores e agricultores (BARBOSA, 2007). Muitos camponeses deixaram o rural indo buscar outras oportunidades nas cidades do entorno.

Há um processo socioprodutivo se desenrolando neste espaço em análise com muitos fatores que interferem na construção dos cenários atuais da região. O conjunto paisagístico da serra da Canastra como conjunto de elementos que constituem o ambiente, é percebido de acordo com aspectos sociais e culturais de cada um. Os principais aspectos que são aqui destacados dizem respeito à fabricação de queijo e ao turismo.

O modo de fazer queijo artesanal constitui uma herança cultural transmitida entre gerações. Os primeiros fabricantes de queijo vieram de terras portuguesas e das zonas de mineração em declínio que aos poucos povoavam o Oeste das Minas Gerais durante o século XVIII, a territorialização, entretanto, se firmava com a criação do gado e o excedente do leite produzido usado para a elaboração de queijos. Atualmente, esse produto artesanal é um patrimônio imaterial, o que contribui para a revalorização do produto. A produção artesanal de queijo é a base da economia doméstica de inúmeras famílias assentadas na zona rural do município de São Roque de Minas – MG... Novas ruralidades surgem no território queijeiro, as famílias produtoras que continuaram a produzir queijo almejam melhorar a qualidade ... a maioria ainda resiste à certificação do produto tal como aos financiamentos para investir na produção...Os dados apontam para uma diversidade da agricultura familiar, inserção de atividades não agrícolas, baixo associativismo e certa autonomia produtiva e administrativa das propriedades rurais... (NOGUEIRA, 2014, p.6).

Com o desenvolver de novas ruralidades no espaço em evidência, observa-se que para além da produção de queijo artesanal da Canastra e a criação da Indicação Geográfica, também atividades não agrícolas no campo vêm crescendo como o turismo, principalmente aquelas ligadas à natureza, ao ecoturismo, enfim, segmentos relacionados ao turismo no espaço rural. Cabe aqui destacar a visão de Ortega e Estrada (2015) quando analisam o surgimento de novas formas de desenvolvimento endógeno e local que passaram a acontecer durante nos anos de 1990. Os autores, por meio de um debate multidisciplinar, refletem sobre desenvolvimento rural e seus inúmeros desafios. A região da Canastra vem passando por uma reorganização socioespacial que modifica, gradativamente, o território local a partir de novas vertentes.

“... o dispositivo da IG foi introduzido e se desenvolveu há pouco tempo no Brasil, desde os anos 2000, enquanto que na França...com mais de um século” (CROUZOLON, 2019, p.21), bem como em outros países, principalmente europeus.

Acredita-se que o conhecimento da situação acerca das IG no país poderá auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para o progresso das regiões, das que já possuem certificações e, principalmente, da indução das que possuem potencial para obter a certificação no sentido de promover a valorização dos produtos e serviços em benefício da sociedade brasileira (GONÇALVES; ALMEIDA e BASTOS, p.1. 2018).

Os municípios de São Roque de Minas, Medeiros, Vargem Bonita, Tapiraí, Delfinópolis, Bambuí e Piumhi, compõem a área delimitada pela Indicação de Procedência

Canastra, Indicação Geográfica, selo alcançado em 2012, e são associados à APROCAM (Associação de produtores de queijo da Canastra). Para além da existência do Parque Nacional da Serra da Canastra – PNSC, o conjunto desses municípios adquiriu maior notoriedade em função do queijo da Canastra e da determinação da IG que os distingue com características peculiares. Tais aspectos têm consequências produtivas para o fortalecimento do turismo.

Finalmente, pode-se afirmar que o processo de criação das IGs serve para proteção de produtos tradicionais e, ao mesmo tempo, promove o turismo, bem como tal atividade também fortalece as IGs, estabelecendo um verdadeiro intercâmbio muito proveitoso para o desenvolvimento do território.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. Territórios de vida e trabalho dos pequenos produtores de queijo da Serra da Canastra: um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do rio São Francisco, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. UFU Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

CORTES, J. P. S. de; LUPINACCI, C. M. e MORALES, N. Evolução geomorfológica da borda ocidental da Serra da Canastra: proposição de taxonomia de relevo para estudos de áreas de transição. **Revista Brasileira de Geomorfologia**. v. 23, nº 4 (2022). <http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v23i4.2148>

CROUZOUOLON, P. A implantação da Indicação Geográfica do queijo da Canastra sob as luzes da multifuncionalidade da agricultura: a vaca dos queijos de ouro. PPGIEA Programa de Pós Graduação Interunidades: Ecologia Aplicada. Dissertação de Mestrado. CENA. ESALQ. USP. 2019.

GONÇALVES, L.A.S.; ALMEIDA, B.A. e BASTOS, E. M. S. Panorama das indicações geográficas no Brasil. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XX – V. 3 - N. 41 – Dezembro de 2018 - Salvador, BA – p. 130 – 144. file:///C:/BACKUP/Users/Odal%C3%A9ia/Desktop/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Meus%20documentos_DELL/PPPP%20Fapesp%2024/panorama%20IG.pdf<acesso17mar2025>

IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra**. s/ data.

NOVAIS, G.T. Caracterização climática da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do entorno da Serra da Canastra, MG. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós Graduação em Geografia, Uberlândia, 175 p. 2011.

ORTEGA, A. C. e ESTRADA, E. M. (orgs). Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas, SP: Alínea, 2015.

RODRIGUES, G. S. S.C. A geografia das representações: um estudo das paisagens do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Mº 11, pp.69-84, 2002.

SANTOS, A. A. e MACHADO, M. M. M. Análise da fragmentação da paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra e de sua zona de Amortecimento, MG. R. Ra'e Ga www.ser.ufpr.br/raega Curitiba, v.33, p.75-93, Abr/2015.

SOUZA, S.C.M.de. Ortega, A.C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008. Resenha. <file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+Resenha,+Territ%C3%B3rios+deprimidos+desafios+para+as+pol%C3%ADticas+de+desenv.+rural.pdf><acesso02junho2025>

SANTOS, N. P. dos. MEDEIROS, M. L. Experiências turísticas e o território da Indicação Geográfica da Farinha de Bragança, PA. Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXV, n. 2, p. 149-167, Jul./Dez. 2024. **DOI:** <https://doi.org/10.33360/RGN.2318-2695.2024.i2.p149-167> <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/issue/view/1350>

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP nº 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6963-3074>

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8057-3460>

ÍNDICE REMISSIVO

C

Capacidade absorviva 110, 116
Capital social 3, 7, 8, 10, 120
Comportamento do consumidor 16, 18, 29, 35
Conservação ambiental 36, 63, 68
Cooperativismo 1, 2, 3, 5, 6, 59, 104, 105, 109
Coopetição 110, 111, 114, 116, 121, 122

D

Desenvolvimento endógeno 2, 3, 36, 43, 63, 66, 74, 119
Desenvolvimento regional 16, 34, 35, 51, 59, 61
Desenvolvimento territorial 1, 2, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 27, 31, 32, 33, 34, 46, 47, 58, 59, 60, 64, 65, 72, 78, 96, 97, 98, 107, 110, 122
Diferenciação territorial 77

E

Engajamento do consumidor 126
Engajamento transformador 140

G

Gestão de riscos 140
Governança colaborativa 110, 114, 117, 122
Governança institucional 47
Governança participativa 73, 74, 120, 140
Governança territorial 1, 5, 8, 16, 26, 27, 32, 34, 54, 63, 65, 74

I

Indicações Geográficas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 62, 64, 65, 67, 74, 75, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 107, 108, 110, 113, 116, 117, 121, 127, 135, 139

L

Legitimidade institucional 140

M

Marketing territorial 3, 17, 34, 74, 126

Metodologias ativas 97, 102

N

Narrativas de marca 126

P

Patrimônio cultural 1, 2, 36, 51, 57, 58, 60, 61, 94, 126, 128, 129, 139

Pertencimento territorial 97, 98, 108

Produtos territoriais 1, 2, 4

Propriedade intelectual 12, 15, 16, 19, 23, 30, 34, 46, 47, 48, 50, 56, 58, 60, 62

Protagonismo juvenil 97

R

Regulação sanitária 46, 47

Reputação digital 126

Resiliência agroecossistêmica 63, 70

Resiliência ambiental 77

Ruralidades contemporâneas 36

S

Serra da Canastra 1, 2, 3, 4, 6, 13, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 55, 58, 64, 72, 78, 84, 101, 103, 105, 109, 126, 140, 142, 148

Sistemas Agroalimentares Localizados 63, 64, 67

Sistema socioecológico 77, 95

Sustentabilidade agrícola 7, 8, 11

T

Terroir 63, 64, 65, 77, 78, 79, 80, 82, 92, 94, 140, 141, 148

Turismo pedagógico 97, 103, 104

V

Valor agregado 1, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 29, 31, 33, 48, 57, 58, 63, 65, 67, 74, 119, 142

Valor compartilhado 110, 111, 121, 122

